

IMPRESSO  
ESPECIAL  
Nº 68001175-DR/SC  
CELOS  
CORREIOS

# RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES 2006



## FUNDAÇÃO CELESC DE SEGURIDADE SOCIAL

Entidade Filiada à Abrapp, ao Sindapp e ao ICSS

### DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor-Presidente	Ricardo Moritz
Diretor de Seguridade	Remi Goulart
Diretor Adm.-Financeiro	Sary Reny Köche Alves

### CONSELHO DELIBERATIVO

Conselheiro Efetivo	Milton de Queiroz Garcia - Presidente
Conselheiro Suplente	Luciano Peixoto Portella
Conselheiro Efetivo	Adriano Lima Medeiros
Conselheiro Suplente	Gilberto Onezino de Farias
Conselheiro Efetivo	João Otomar Petry
Conselheiro Suplente	Waldir Assis Kretzer Filho
Conselheiro Efetivo	José Klafke
Conselheiro Suplente	Geraldo Prus
Conselheiro Efetivo	Clênio José Braganholo
Conselheiro Suplente	Gerson da Silva Bittencourt
Conselheiro Efetivo	João Medeiros de Santiago
Conselheiro Suplente	Mario Edmundo Jardim Lobo

### CONSELHO FISCAL

Conselheiro Efetivo	Nazareno B. Silva Santos - Presidente
Conselheiro Suplente	Cláudio Romanzini
Conselheiro Efetivo	Paulo Carlesso
Conselheiro Suplente	Elton Pinheiro
Conselheiro Efetivo	José Braulino Stähelin
Conselheiro Suplente	Débora Simoni Ramlow
Conselheiro Efetivo	João Henrique da Silva
Conselheiro Suplente	Antônio José Linhares

### COMITÊS

#### COMITÊ DE INVESTIMENTOS

Diretor Adm.Fin. (coord.)	Sary Reny Köche Alves
Div. de Gestão Financeira	Marcos Alberto D. Cunha
Repr. Aposentados	João Medeiros de Santiago
Repr. Patrocinadora	João Otomar Petry
Repr. Empregados	Clênio José Braganholo

#### COMITÊ PREVIDENCIÁRIO

Diretor Seguridade (coord.)	Remi Goulart
Div. Gestão Previdenciária	Maria Emilia A. Gungel
Repr. Aposentados	João Medeiros de Santiago
Repr. Patrocinadora	Milton de Queiroz Garcia
Repr. Empregados	José Klafke

#### COMITÊ ASSISTENCIAL

Diretor Seguridade (coord.)	Remi Goulart
Div. Gestão Assistencial	Ruth Dutra Seara
Repr. Aposentados	João Medeiros de Santiago
Repr. Patrocinadora	Adriano Lima Medeiros
Repr. Empregados	Clênio Jose Braganholo

#### COMITÊ DE GESTÃO DE PESSOAS

Diretor-Presidente (coord.)	Ricardo Moritz
Repr. Conselho Deliberativo	João Otomar Petry
Assessoria de Gestão	Rosângela Campos Maciel
Repr. Gerentes	Luiz Carlos Ventura
Repr. Empregados	Mª Terezinha de E. Cysne

#### PRODUÇÃO

Quorum Comunicação

#### EDIÇÃO

Jacques Mick (SC-00538-JP)

#### REPORTAGEM

Claudio Lucio Augusto  
Gastão Cassel

#### FOTOGRAFIA

Sônia Vill

#### PROJETO GRÁFICO

Vanessa Binder

#### IMPRESSÃO

Agnus  
TIRAGEM  
8.500 exemplares

# SUMÁRIO

## INSTITUCIONAL

Planejamento estratégico: novas metas para os próximos anos.....	06
As metas da Celos para 2007 e 2008	
Reajuste no plano de saúde evidencia sintonia com a Patrocinadora e os Sindicatos	
Cresce a satisfação de participantes e funcionários.....	07
Gestão aprovada pelos participantes	
Revitalização ergonômica no ambiente de trabalho	

## FINANCEIRO

Política de investimentos gera R\$ 101 milhões de superávit.....	08
Rentabilidade de 2006 equivale a 151,7% do CDI	
Segregação do patrimônio aumenta controles	

## PREVIDENCIÁRIO

Planos Previdenciários mais seguros com nova Tábua de Sobrevivência.....	09
Participantes aprovaram acordo para a revisão do INSS.....	10
Alterações no Plano Misto em 2007	

## ASSISTENCIAL

Planos assistenciais alcançam o equilíbrio financeiro.....	11
Celos fortalece a capacidade financeira do Plano Agregado	
Ampliação do Plano Odontológico.....	12
Cartão Celos vai garantir melhor atendimento	

## ENTREVISTA

### DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balanco Patrimonial.....	16
Demonstração de Resultados	
Demonstração de Fluxos Financeiros.....	17
Notas Explicativas.....	18
Demonstrativo dos Resultados da Avaliação Atuarial.....	24
Parecer Atuarial - Plano Misto.....	25
Parecer Atuarial - Plano Transitório.....	26
Parecer Atuarial - Plano Pecúlio.....	28
Parecer Atuarial - Plano Amhor	
Parecer Atuarial - Plano Odontológico.....	29
Parecer do Conselho Fiscal.....	30
Parecer do Conselho Deliberativo	



## Celos entra em novo ciclo da sua história



Em 2006, a Celos trabalhou muito para consolidar os resultados do Planejamento Estratégico. Os principais resultados foram marcantes: a política de investimentos garantiu o superávit de R\$ 101 milhões nos planos de benefícios e os planos assistenciais alcançaram o equilíbrio financeiro.

Em paralelo a essas conquistas, duas pesquisas revelaram a sintonia entre a ação e a prática. Participantes ativos e assistidos demonstraram alto índice de satisfação com os serviços prestados pela fundação. Outra pesquisa, de clima organizacional, junto ao corpo técnico da Celos, comprovou o efeito das mudanças internas na entidade, elevando a nota de satisfação dos funcionários.

A transparência é o fio condutor da política de governança corporativa da Celos. Decisões importantes foram tomadas em conjunto entre a Apelesc, a Celesc e dos sindicatos que pertencem a Intercel, consolidando uma relação que objetivamente trabalha para buscar o melhor para o participante. Na relação com a Patrocinadora, a Fundação acompanhou atentamente o processo de desverticalização. A mudança em nada afetou a relação com a Celesc: a Fundação continua contribuindo

com a gestão da Patrocinadora, atuando efetivamente no Conselho de Administração.

As mudanças estruturais foram feitas. Agora, o desafio é a consolidação do modelo de gestão e da governança corporativa. Começa uma nova etapa do planejamento, com metas vinculadas ao Programa de Participação dos Resultados. A rede de cooperação da Celos implica a participação de todos para o alcance das metas, com reflexo direto no atendimento ao participante.

*A Diretoria*

# Planejamento estratégico: novas metas para os próximos anos

Dando continuidade ao processo de planejamento um dos grandes desafios apontados para 2007 será a reformulação do Plano de Saúde. A Diretoria está estudando alternativas de mudança, pois será preciso adaptar o plano à legislação federal e às exigências recentes da Agência Nacional de Saúde (ANS). A busca da excelência do atendimento por parte da Celos/Unimed é um fator preponderante para planejar as soluções.

Outra meta estratégica é combater, com conscientização, as ações judiciais contra a Celos. Tais medidas constituem grandes ameaças para o equilíbrio financeiro dos fundos de pensão. A Celos vai conversar com cada participante sobre o problema. Dependendo das decisões da Justiça, pode haver um grande prejuízo para o patrimônio da Fundação, ou seja, para todos os participantes.

As metas para o período de 2007 e 2008, divididas em sete grandes projetos (veja quadro ao lado), foram vinculadas ao Programa de Participação de Resultados. O PPR garante uma bonificação sobre o salário para as equipes que atingirem suas metas. Os projetos são coordenados pelos gerentes de cada área e, segundo o presidente Ricardo Moritz, dessa maneira

é mais fácil motivar a equipe para alcançar os objetivos definidos pela organização. “Vamos manter a estrutura mobilizada para atender às necessidades dos participantes e da patrocinadora”, afirma.

## As metas da Celos para 2007 e 2008

- Satisfação dos clientes
- Segregação do patrimônio
- Adequação do Plano Misto 2007
- Redução das despesas e monitoramento dos gastos internos da Celos
- Cartão Celos (cartão eletrônico único para todos os serviços, como empréstimo e plano de saúde)
- Unificação dos extratos e cartas aos participantes
- Treinamento dos funcionários

---

## Cresce a satisfação de participantes e funcionários

---

A pesquisa “A Celos na visão dos participantes”, realizada no primeiro semestre de 2006 pelo instituto Lupi & Associados, mostrou que participantes ativos e assistidos estão satisfeitos com os serviços e benefícios oferecidos pela Fundação. O atendimento pelo 0800, preferido por cerca de 40% dos usuários, foi considerado ótimo por 94,6% dos participantes. Quando se trata do atendimento realizado pessoalmente, o índice sobe para 95%. Os prepostos obtiveram avaliação positiva de 88% dos entrevistados.

Em outra pesquisa, sobre o clima organizacional da Celos, o resultado também foi positivo: os funcionários estão mais satisfeitos em trabalhar na Fundação. A Diretoria está trabalhando num conjunto de ações para melhorar ainda mais esses indicadores, pois entende que a satisfação dentro da entidade se reflete do lado de fora. Um conjunto de ações está sendo executado a partir de sugestões dos colaboradores.

O Planejamento Estratégico definiu, como visão da Celos, “ser reconhecida como instituição de excelência no seu ramo de atividade, dotada de pessoas qualificadas e comprometidas com a satisfação dos seus clientes”.

---

## Gestão aprovada pelos participantes

---

O Diretor Administrativo-Financeiro, Sary Alves, e o Diretor de Segurança, Remi Goulart, foram reeleitos em 2006 para um mandato de mais quatro anos. “Vamos continuar trabalhando para garantir o futuro tranquilo dos nossos participantes ativos e assistidos”, comenta Remi.

“Os diretores foram reeleitos com amplo grau de aprovação e isso aumenta a nossa responsabilidade.”, afirma Sary Alves. O presidente Ricardo Moritz foi reconduzido ao cargo pela Diretoria da Celesc. “Nosso desafio é consolidar e buscar o reconhecimento da Celos como uma instituição de excelência”, conclui Moritz.

---

## Revitalização ergonômica do ambiente de trabalho

---

A Celos está passando por uma reforma estrutural para melhorar o local de trabalho dos funcionários e acomodar melhor o participante durante o atendimento. Após 30 anos no mesmo lugar, a Celos precisa revitalizar todos os ambientes para as equipes sentirem-se mais motivadas para atenderem melhor ao participante. A reforma também vai gerar economia, pois antigas fiações elétricas estão sendo substituídas e as lâmpadas serão trocadas por modelos mais econômicos.

Aos poucos a Celos está fazendo as melhorias que são necessárias para evitar que seus funcionários sejam prejudicados no exercício de suas atribuições. Foi realizada uma análise ergonômica que detectou, principalmente, problemas relacionados a iluminação, umidade, temperatura e ruído, além de ter sido feito um trabalho minucioso de avaliação dos postos de trabalho.

Melhorar a qualidade do local de trabalho é uma ação que resulta na melhoria de um todo. A preocupação com a ergonomia, é uma questão que vai ao encontro da busca constante por qualidade. É preciso estar atento a todos os itens que possam fazer a diferença nos resultados da Fundação.

# Política de investimentos gera R\$ 101 milhões de superávit

A estratégia para reverter o déficit da Celos, que em 2006 estendeu o superávit da Fundação para R\$ 101 milhões, foi uma política de investimentos que determinou a aplicação da maior parte dos recursos em títulos do governo federal e títulos privados com vencimento até 2031 e taxas de juros bem superiores às necessidades atuariais. As aplicações em renda variável contribuíram para a realização do superávit, sem perder de vista o perfil conservador da carteira.

A Celos formou um sistema de proteção à parcela considerável do Patrimônio, ficando o mesmo mais seguro dos riscos de mercado. A política de investimentos blindou o patrimônio, criando um colchão de rentabilidade acima da meta atuarial (retorno necessário para atender às obrigações estabelecidas nos regulamentos dos planos de benefícios). Com a aquisição de títulos indexados ao IGP-M, com juros superiores a 6%, a Celos segue na conquista de constantes superávits.

## Segregação do patrimônio

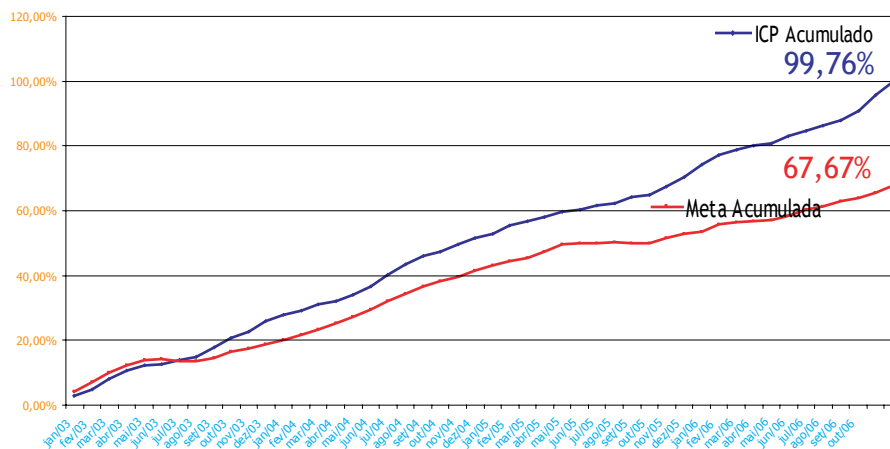
Para a Celos ter condições de apurar a rentabilidade real de cada um dos planos, além de adquirir controles de patrimônio e de movimentação financeira independentes e de criar uma blindagem para o plano, é preciso segregar o patrimônio, ou seja, separar os ativos dos planos da Fundação. Este é um projeto do plano de metas e já foi iniciado tendo como coordenação a área financeira.

## Rentabilidade de 2006 equivale a 151,7% do CDI

A rentabilidade em 2006, medida pelo ICP (Índice de Correção do Patrimônio da Celos), foi de 17,31%. Descontada a inflação, o resultado corresponde a um ganho real de 13,46%, muito superior à meta atuarial, que é a variação do IGP-M mais 6%. A rentabilidade é equivalente a 151,70% do CDI – um excelente resultado, considerando o perfil conservador dos investimentos. Especialmente para os participantes do Plano Misto/CIAP, a Celos é uma boa alternativa de aplicação de médio para longo prazo: somente nos últimos quatro anos as contas foram remuneradas em quase 100%. Ou seja: o saldo das

contas de aposentadoria adicionando as contribuições efetuadas, mais que dobrou neste período.

O desempenho passado não significa que a Celos terá os mesmos resultados no futuro. A expectativa da equipe da área para 2007 é, considerando a estratégia adotada pela política de investimentos, repetir o feito em menor escala, em função da redução das taxas de juros no mercado. Neste cenário, e com o ingresso de quantidade expressiva de novos participantes, a Celos fará uma adequação nas aplicações em renda variável e/ou em fundos multimercado.





# Planos Previdenciários mais seguros com nova Tábua de Sobrevivência

Para evitar que a Celos no futuro tenha um déficit estrutural causado pelo aumento do tempo de vida, a Fundação está adotando novas Tábuas de Sobrevivência para calcular a expectativa de longevidade dos participantes. A Tábua de Sobrevivência é um elemento que compõe o cálculo atuarial (técnica que prevê, entre outros dados, por quanto tempo a entidade pagará um benefício).

Aproveitando o resultado positivo, a Celos começou a “adquirir” as Tábuas a partir de 2005, para tornar o plano de aposentadoria mais seguro. O custo total para a aquisição das tábuas é de aproximadamente R\$ 93 milhões, sendo que já foram consumidos do superávit registrado, o montante de R\$ 34,5 milhões. A orientação é de que essa mudança seja realizada até 2008.

Para a Secretaria de Previdência Complementar, a rentabilidade alcançada com o superávit deve ser utilizada para adequar os planos de aposentadoria às novas realidades de expectativa de vida. Esse dinheiro não sai da Fundação: ele garante o pagamento das aposentadorias, já que agora o cálculo será feito com base em uma longevidade maior dos participantes. A tábua que passou a ser adotada amplia, em média, a expectativa de vida de ativos e assistidos da Celos em 3,5 anos.

## O que é a Tábua?

Quando um participante se inscreve na Celos, o mesmo, juntamente com a Celesc, passa a contribuir mensalmente por 35 anos. Após este período a Celos converte toda a poupança feita em uma prestação continuada, denominada de benefício de aposentadoria.

Acontece que para fazer o cálculo do benefício é necessário saber por

quanto tempo a pessoa vai sobreviver. Para tanto, os estatísticos, após pesquisas demográficas, criaram a Tábua de Sobrevivência, assim, com o passar dos anos a medida que vai aumentando a expectativa de vida, a Celos deverá rever as tábuas para que possa pagar os benefícios a todos os aposentados.

# Participantes aprovaram acordo para a revisão do INSS

*Dos 475 aposentados e pensionistas do Plano Transitório chamados pela Celos a discutir o valor dos benefícios em decorrência da revisão do INSS ocorrida em 2004, 96% assinaram acordo com a Fundação. Os demais estão analisando seus processos junto ao INSS.*

Todos os segurados do INSS que se aposentaram entre março de 1994 e fevereiro de 1997 e tiveram seus benefícios revistos por força da Lei n. 10.999/2004 foram chamados para negociar com a Celos em 2006.

Para calcular os benefícios concedidos naquele período, o INSS utilizou a variação do IRSM (Índice de Reajuste do Salário Mínimo) para atualização dos salários de contribuição apenas até janeiro de 1994 e converteu, em seguida, os valores atualizados para a Unidade de Referência de Valor (URV), instituída em 28 de fevereiro daquele ano. Dessa forma, deixou de considerar na base de cálculo, a variação do IRSM do mês de fevereiro de 1994, de 39,67%.

A Celos, após parecer da equipe técnica, e do escritório terceirizado Bocater, elaborou uma proposta de acordo para solucionar o problema, que obteve a adesão da maioria expressiva dos aposentados.

Isto resolve mais um grande problema para a Celos, só que desta vez de maneira amigável, sem precisar que o participante recorra à justiça. Por outro lado havia também muitos que teriam seus benefícios reduzidos. Eles também

assinaram acordo com a Fundação demonstrando o grau de maturidade e compreensão do participante.

## Alterações no Plano Misto em 2007

A Celos terá de fazer alterações no Plano Misto para se adequar as mais recentes mudanças da Lei de Previdência Complementar. O trabalho no momento é a identificação dos pontos a serem ajustados e as alterações e implementações imprescindíveis.

O regulamento dos planos de previdência complementar tem a função de disciplinar a concessão de direitos e o cumprimento de deveres das Patrocinadoras Celesc e Celos, dos participantes Ativos, Remidos, Assistidos e Beneficiários.

Este projeto faz parte do Planejamento Estratégico e é coordenado pela gerente da Divisão de Gestão Previdenciária (DVGP) e contará com a participação do Jurídico Institucional.

# Planos assistenciais alcançam o equilíbrio financeiro

Os planos assistenciais da Celos alcançaram equilíbrio financeiro em 2006. A arrecadação aumentou em 35%, devido aos reajustes na contribuição (18% aplicados em janeiro e 15% em junho) e ao ingresso de novos participantes decorrentes de admissões na Patrocinadora.

O mais importante nesse processo de ajustes ficou por conta da mudança de postura dos envolvidos diante do desequilíbrio econômico-financeiro dos planos. Foi dado um importante passo para a equalização dos planos, demonstrando elevada maturidade tanto da diretoria da Celesc e Celos quanto dos ativos e assistidos.

A assistência médica é um dos benefícios mais valorizados pelos participantes. Quando o preço do plano de saúde aumentou para combater o déficit, a reação dos usuários à notícia não foi tão ruim como se temia.

Para avaliar o plano, um Grupo de Trabalho foi criado pela diretoria da Celesc, após o fechamento do Acordo Coletivo 2005. Foram convidados a participar dessa equipe a Celos, Celesc, Apelesc e Sindicato com o objetivo de realizar estudos aprofundados sobre os custos dos benefícios do plano de saúde. O estudo apontou a necessidade de reajustar o valor das contribuições. Com essa decisão a receita anual atingiu R\$ 22,7 milhões, distando apenas R\$ 180 mil da despesa.

## Celos fortalece a capacidade financeira do Plano Agregado

Para maximizar os resultados e manter o equilíbrio econômico do plano, a Fundação negociou com a Unimed Florianópolis, em janeiro de 2006, a renovação do contrato Agregado – Amha, mantendo o custo de sua contribuição e implantando para atendimentos realizados a partir de 01/03/2006 a co-participação de 20% como fator moderador de utilização. A medida visou evitar reajuste na contribuição.

A co-participação passou a ser aplicada na utilização de consultas, exames, procedimentos ambulatoriais de diagnose, fisioterapia e acupuntura, tendo como base os valores praticados pela tabela da

Unimed. O valor da co-participação respeita ainda o patamar máximo de R\$ 80,00 por procedimento médico, e não incide sobre a internação clínico-cirúrgica, que se mantém sem custos para o usuário. Os descontos referentes à utilização e à contribuição são lançados na folha de pagamento do titular. Essa ação preserva o equilíbrio financeiro do Plano, mas a consciência e a responsabilidade na utilização dos serviços são práticas coletivas. O desafio para a Fundação é contornar os agentes geradores de déficit, como condição fundamental para manutenção da saúde do plano.

## Ampliação do Plano Odontológico

Dois novos procedimentos odontológicos entraram para a lista de coberturas por reembolso, atendendo uma reivindicação dos participantes: o enxerto ósseo e o implante para suporte de prótese total.

A ampliação foi possível após avaliação do Grupo de Estudos formado por representantes da Patrocinadora, do Sindicato, da Celos e da Apecelesc.

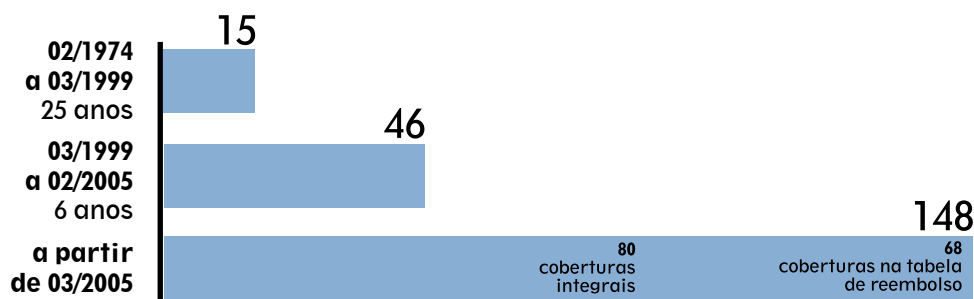
A tabela da Celos já é bem ampla, com mais procedimentos do que a recomendada pela Agência Nacional de Saúde. A partir de 2005 introduziu-se na tabela de reembolso o pagamento para cirurgias bucomaxilares.

## Cartão Celos vai garantir melhor atendimento

A Celos está estudando a possibilidade de criar um cartão magnético único, personalizado, para titulares e beneficiários.

O cartão servirá para identificar o participante, proporcionando mais rapidez no atendimento, além de divulgar a imagem institucional da Fundação. Os participantes terão mais segurança quanto às informações, e o cartão garantirá mais agilidade do sistema operacional, pois facilitará a troca de informações entre prestadores e Planos Assistenciais. As conseqüências serão a melhoria na qualidade de atendimento e a racionalização de tempos para fornecer informações. Esta ação do Planejamento Estratégico será coordenada pela Divisão de Gestão Assistencial.

### Veja a evolução das coberturas



# Novos problemas, novos desafios

*Depois de elevar o superávit para a marca histórica dos R\$ 101 milhões, o desafio da Diretoria da Celos é enfrentar os problemas estruturais dos planos previdenciário e assistencial. Driblar os riscos representados pelas ações judiciais e aprimorar o atendimento do plano de saúde estão entre as metas para 2007, apontadas na entrevista a seguir.*

**A reeleição da Diretoria demonstrou que os participantes aprovaram o trabalho realizado nos últimos quatro anos. Daqui para frente a Celos inicia um novo ciclo. Quais os desafios para o próximo período?**

*Ricardo Moritz:* Agora que alcançamos superávit é possível trabalhar numa condição diferente. Com déficit, não dá para discutir muito, você tem que primeiro resolver o problema existente. A partir do momento em que resolvemos o problema do déficit e criamos condições favoráveis para a Fundação continuar gerando superávit, conseguiremos discutir os fatores estruturais que, se não forem resolvidos, poderão trazer sérios problemas para a Celos, a exemplo dos processos judiciais, taxa de juros e o plano de saúde.

**O que será feito daqui para a frente?**

*Ricardo Moritz:* Resolver os problemas citados de frente, como estamos fazendo até agora. Nas questões previdenciárias acredito muito na estabilidade econômica, o que vai nos propiciar gerar mais superávit facili-

tando assim, a tomada de decisão. No plano assistencial, após sete anos de déficit, conseguimos equilibrar as contas. Só que, diferentemente dos planos previdenciários, não temos como gerar superávit no plano de saúde. A alternativa, hoje, é o reajuste das contribuições. No entanto ainda estamos buscando soluções para que os referidos reajustes não afetem o bolso do participante de forma expressiva.

*Sary Alves:* Agora vamos atacar outros problemas e estabelecer novos desafios. Alguns temas sempre estiveram presentes no nosso planejamento, como o saneamento financeiro da Celos, visando obter o superávit. Agora devemos nos concentrar na melhor aplicação do superávit alcançado.

**Quais são os principais problemas estruturais do plano previdenciário?**

*Sary Alves:* As demandas judiciais. Hoje muitas pessoas, quando saem das empresas, entram com ações judiciais contra os fundos de pensão para reclamar com relação a benefício

de aposentadoria ou pensão e mesmo contra as contribuições. Isso pode significar uma ameaça muito grande para o equilíbrio financeiro das Fundações. É preciso conscientizar o participante para evitar que tenhamos uma conta judicial muita alta a pagar. Quando o participante aciona um fundo de pensão, aciona todos os associados do fundo. Não é a patrocinadora que vai pagar a conta: são os parceiros, os participantes. Qualquer custo que não tenha sido calculado, uma vez imposto, volta na forma de déficit, que é rateado por todos.

**E os problemas do plano assistencial?**

*Ricardo Moritz:* Nas pesquisas de satisfação, os participantes têm identificado uma série de problemas no relacionamento com a Unimed. Por isso, estamos discutindo até que ponto valeria para a própria Celos atuar diretamente nesse mercado, criando uma rede própria de atendimento ou algo nesse sentido. Ainda estamos analisando. Até que ponto a Celos pode trabalhar com a medicina preventiva, melhorando as condições de saúde dos participantes, sem onerar o plano? Depois dos 35% de reajuste no ano passado, nós não vemos mais muito espaço para aumentar as contribuições. Como os recursos são escassos e a capacidade de pagamento, tanto da patrocinadora como dos participantes, é limitada, nos cabe agora sermos um pouco mais criativos.

*Sary Alves:* Será preciso readaptar o plano de saúde à legislação federal, ao novo marco regulatório e às exigências da ANS (Agência Nacional de Saúde), e isso fará o perfil do plano mudar. A nova conformação do mercado exige o atendimento do participante em todas as cidades do estado e não existe plano de saúde que atenda a todos os municípios. Há participantes em outros estados. Como é que a Celos fará para atender a essas pessoas? O contrato com a Unimed da forma como está serviu ao participante até o momento de maneira precária. Hoje já não se sabe se é o SUS que melhorou muito ou é o atendimento da Unimed que piorou. A Celos é classificada como um plano de “gestão própria”: subcontrata a Unimed, que atende contra reembolso. Esse sistema não está mais satisfazendo a necessidade dos participantes. Além do contrato com a Unimed e com uma rede de apoio, a Celos teria contratos diretos com hospitais e prestadores de serviço. Como todos os desafios que tivemos, esse também será tratado com transparência. Para que obtenhamos sucesso precisaremos contar com o apoio e compreensão dos participantes.

### **Como a discussão sobre o futuro do plano de saúde vai acontecer?**

*Remi Goulart:* Primeiro vamos estabelecer a prioridade para depois definir as ações. A Diretoria está concentrada em resolver os problemas do plano de saúde. Sempre considerando a relação custo benefício. As alterações serão realizadas de maneira que o plano seja mais eficaz e ao mesmo tempo não represente acréscimo no custo.

*Ricardo Moritz:* Será feita uma agenda de debates com a Patrocinadora, com os Sindicatos, a Unimed, Aposentados e Participantes, como

ocorreu com outros temas. Foi contratada uma consultoria para enquadrar a Celos às exigências da ANS. Num segundo momento a prioridade será o relacionamento com os prestadores de serviços e os participantes. Outra empresa apresentará alternativas de relacionamento com o mercado. Já temos o resultado das pesquisas com a opinião dos participantes, e vamos continuar a fazer levantamentos, cada vez mais focados na área da saúde, para conhecer melhor os problemas. Assim poderemos ter um desenho de um plano que possa ser implantado ao longo dos anos.

### **Haverá a necessidade de um novo reajuste das contribuições do Plano Assistencial?**

*Ricardo Moritz:* Os salários sobem anualmente em decorrência de inflação ou de perda do poder aquisitivo. Com a saúde não é diferente. Se for necessário, todo ano haverá pequenos reajustes. O que nos vamos fazer é estabelecer uma nova data para isso. A idéia é tentar casar com os reajustes dos salários, na data-base dos empregados. É um plano barato, mas a necessidade das pessoas é cada vez maior.

*Sary Alves:* Se haverá aumento ou não, vai depender do desenho final do plano. Se tivermos um bom projeto, bem justificado, e a aplicação dele resultar num aumento defensável, isso não estará fora de cogitação. O objetivo é melhorar o grau de satisfação dos participantes, porque a atual situação é crítica.

**No final de 2005, a Celos apresen-**

**tou um superávit nos planos previdenciários de R\$ 42,5 milhões. Um ano depois, o resultado positivo chegou a R\$ 101 milhões. Que caminho a Diretoria pretende trilhar para continuar elevando esse superávit?**

*Sary Alves:* A política de investimentos deve continuar a mesma praticada nos últimos quatro anos. Nada indica que a política conservadora deva ser alterada. Porque o perfil conservador da Celos não muda. Como a renda fixa não vai oferecer as mesmas taxas dos últimos anos, nós temos de buscar no mercado alternativas para manter a rentabilidade em torno de 10%, mais o indexador IGP-M.

### **Quais seriam essas alternativas de investimentos?**

*Sary Alves:* Nós temos os fundos de investimentos em participações. São fundos criados para investimentos em empresas que estão na fase de mudança do seu sistema de administração familiar para o sistema de administração profissional. Com o ganho de produtividade, em curto prazo, redução de despesas e impostos, a empresa passa a ter um lucro maior e a valer mais. Então as empresas são vendidas e os ganhos da venda formam os dividendos do fundo, que são rateados pelos investidores. Agora temos o PAC; quando um país tem economia estável, volta a crescer e a investir na produção, e surgem oportunidades no setor de infra-estrutura.

### **Quais as oportunidades que o PAC oferece?**

*Sary Alves:* Surgem oportunidades de investimento na expansão das



indústria do etanol. Como as usinas estão aumentando o seu tamanho para produzir mais, a iniciativa privada e os fundos de investimento são chamados a financiar a expansão. O setor elétrico tem recebido investimentos da Celos com grande perspectiva de retorno. Outros setores como saneamento, portos e aeroportos, bem como estradas pedagiadas poderão ser alvo de investimentos desde que as regras se tornem claras e se reduza o risco político.

**Em 2006, duas pesquisas revelaram mudanças dentro da Celos, demonstrando que o clima organizacional melhorou, e isso se refletiu do lado de fora, pois os participantes estão satisfeitos com os serviços prestados pela Fundação. Que avanços no atendimento a Diretoria espera para os próximos anos?**



*Remi Goulart:* De acordo com a pesquisa, e segundo o nosso objetivo do Planejamento Estratégico, estamos atingindo o nível de satisfação que

esperávamos. O problema agora é manter. Nós vamos fazer isso ajustando os regulamentos, para evitar novas ações judiciais e continuar a melhorar o atendimento aos participantes. Todas as áreas da Celos têm que avançar, só que o atendimento é primordial, pois é onde ocorre o relacionamento direto com o participante. Nós acreditamos que, resolvendo o problema do déficit e ajustando a parte administrativa, teríamos um ano seguinte tranquilo. Pelo contrário, agigantaram-se uma série de novidades em função da legislação e uma demanda passiva

do próprio sistema de previdência complementar, para a qual temos que estar constantemente atentos.

*Ricardo Moritz:* Vamos continuar com as percorridas que realizamos todos os anos, por todo o estado. Esse encontro é fundamental, pois serve como instrumento de avaliação da gestão para o participante. É quando nós estamos olho-no-olho. Isso cria uma empatia e reforça a credibilidade do participante na Celos.

**Como a Diretoria avalia a atuação da Celos no Conselho de Administração da Celesc?**

*Ricardo Moritz:* Nossa ação no Conselho de Administração da Celesc é muito respeitada. Buscamos subsídios sobre temas importantes e socializamos informações com os demais membros para qualificar a tomada de decisão. Isso fortalece a nossa posição de defender ao extremo a gestão profissional. Essa é nossa batalha permanente, vigilância constante para que a profissionalização só cresça, pois é a melhor possibilidade para a empresa. Se a Celesc estiver bem, a Celos também estará.

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

<b>BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005</b>					
<b>(Em milhares de reais)</b>					
<b>ATIVO</b>	<b>2006</b>	<b>2005</b>	<b>PASSIVO</b>	<b>2006</b>	<b>2005</b>
DISPONÍVEL	3.317	3.702	EXIGÍVEL OPERACIONAL		
REALIZÁVEL			Programa previdencial	1.509	315
Programa previdencial	477.170	477.332	Programa assistencial	2.593	2.534
Programa assistencial	2.382	2.141	Programa administrativo	1.076	1.631
Programa administrativo	128	325	Programa de investimentos	533	578
Programa de investimentos:				5.711	5.058
. Renda fixa	837.929	711.474			
. Renda variável	228.860	143.073	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	1.689	1.689
. Investimentos imobiliários	31.079	35.638			
. Operações com participantes	38.438	33.894	EXIGÍVEL ATUARIAL		
. Outros realizáveis	50.600	58.664	Provisões matemáticas:		
	1.666.586	1.462.541	. Benefícios concedidos	858.566	799.204
PERMANENTE			. Benefícios a conceder	670.422	613.789
Imobilizado	2.426	364		1.528.988	1.412.993
Diferido	874	946	RESERVAS E FUNDOS		
	3.300	1.310	Equilíbrio técnico:		
			. Superávit técnico acumulado	101.270	18.990
				101.270	18.990
			Fundos:		
			. Programa previdencial	4.709	3.979
			. Programa assistencial	19.456	15.739
			. Programa administrativo	7.207	6.143
			. Programa de investimentos	4.173	2.962
				35.545	28.823
				136.815	47.813
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>1.673.203</b>	<b>1.467.553</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>1.673.203</b>	<b>1.467.553</b>

<b>DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO</b>		
<b>PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005</b>		
<b>(Em milhares de reais)</b>		
<b>Descrição</b>	<b>2006</b>	<b>2005</b>
<b>PROGRAMA PREVIDENCIAL</b>		
Recursos coletados	96.954	93.212
Recursos utilizados	(90.239)	(81.593)
Custeio administrativo	(4.615)	(4.377)
Resultado dos investimentos previdenciais	196.904	124.018
Constituições de provisões atuariais	(115.994)	(97.010)
Constituição de fundo	(730)	(798)
Superávit técnico	82.280	33.452
<b>PROGRAMA ASSISTENCIAL</b>		
Recursos coletados	33.986	26.785
Recursos utilizados	(32.056)	(28.092)
Custeio administrativo	(1.523)	(1.544)
Resultado dos investimentos assistenciais	3.310	2.204
Constituições de fundos	3.717	(647)
<b>PROGRAMA ADMINISTRATIVO</b>		
Recursos oriundos de outros programas	6.624	6.326
Receitas	17	4
Despesas	(6.717)	(7.213)
Resultado dos investimentos administrativos	1.140	803
Constituições de fundos	1.064	(80)
<b>PROGRAMA DE INVESTIMENTOS</b>		
Renda fixa	118.958	85.813
Renda variável	66.649	22.472
Investimentos imobiliários	3.308	5.854
Operações com participantes	6.159	5.051
Relacionadas com o disponível	34	14
Relacionadas com tributos	(349)	(444)
Outros investimentos	8.293	9.544
Custeio administrativo	(487)	(405)
Resultados transferidos para outros programas	(201.354)	(127.025)
Constituições de fundos	1.211	874



<b>DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO FINANCEIRO</b>		
<b>PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005</b>		
<b>(Em milhares de reais)</b>		
	2006	2005
<b>PROGRAMA PREVIDENCIAL</b>		
Entradas		
Recursos coletados	96.954	93.212
Recursos a receber	367	(798)
Constituição de contingências		828
	97.321	93.242
Saídas		
Recursos utilizados	(90.239)	(81.593)
Utilizações a pagar	1.194	10
Utilizações futuras	8	(2)
Outras exigibilidades	(213)	(84)
	(89.250)	(81.669)
	8.071	11.573
<b>PROGRAMA ASSISTENCIAL</b>		
Entradas		
Recursos coletados	33.986	26.785
Recursos a receber	(249)	1.375
Outros realizáveis	8	2
	33.745	28.162
Saídas		
Recursos utilizados	(32.056)	(28.092)
Utilizações a pagar	59	799
	(31.997)	(27.293)
	1.748	869
<b>PROGRAMA ADMINISTRATIVO</b>		
<b>Entradas</b>		
Receitas	17	4
Receitas a receber	(4)	
Outros realizáveis	147	674
	160	678
<b>Saídas</b>		
Despesas	(6.717)	(7.213)
Despesas a pagar	(429)	432
Despesas futuras	(71)	(1)
Permanente	(1.990)	(224)
	(9.207)	(7.006)
	(9.047)	(6.328)
<b>PROGRAMA DE INVESTIMENTOS</b>		
Renda fixa	(7.497)	(29.785)
Renda variável	(18.994)	7.222
Investimentos imobiliários	7.867	5.852
Operações com participantes	1.495	(1.233)
Relacionadas com disponível	34	14
Relacionadas com tributos	(419)	(1.146)
Outros investimentos	16.357	15.826
	(1.157)	(3.250)
<b>FLUXO NAS DISPONIBILIDADES</b>		
Disponibilidade final	3.317	3.702
Disponibilidade inicial	3.702	838
<b>VARIAÇÃO NAS DISPONIBILIDADES</b>		
	(385)	2.864

## 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Fundação Celesc de Seguridade Social - Celos, instituída pela Centrais Elétricas de Santa Catarina - CELESC, é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, que na qualidade de entidade fechada de previdência complementar, tem por objetivos primordiais:

- conceder benefícios e serviços complementares ou não, assemelhados aos da previdência social a empregados e dependentes da CELESC, CELOS e demais patrocinadoras que tenham assinado o termo de adesão, conforme consta no estatuto e no regulamento do plano de benefícios, na forma da lei;
- promover ou desenvolver atividade assistencial;
- administrar ou supervisionar, através de contrato ou convênio, benefícios ou serviços que as patrocinadoras concederem a seus empregados e beneficiários;
- estabelecer acordo, contrato ou convênio com entidades de direito público ou privado, objetivando a consecução de seus interesses;
- instituir plano de seguro pessoal, pecúlio, planos assistenciais e outros, mediante contribuição específica, respeitada a legislação pertinente.

## 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e estão de acordo com a Resolução nº 5, do Conselho de Gestão de Previdência Complementar (CGPC), de 30 de janeiro de 2002 e alterações posteriores. Essas demonstrações não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos circulantes e a longo prazo, nem a apresentação da demonstração das origens e aplicações de recursos, que foi substituída pela demonstração do fluxo financeiro.

## 3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

### a. Resultado das operações

O resultado é apurado pelo regime de competência observados os princípios da realização das receitas e da confrontação das despesas. As reservas matemáticas dos benefícios de suplementação de aposentadorias e pensões foram avaliadas com base em dados estatísticos e cadastrais, atualizados, da massa de participantes e assistidos

e representam o custo dos benefícios a serem pagos aos respectivos participantes e assistidos.

### b. Contribuições

As contribuições são registradas pelo regime de competência.

### c. Programa de investimentos

- Renda fixa e renda variável

Em atendimento à Resolução CGPC no 4, de 30 de janeiro de 2002, os títulos e valores mobiliários foram classificados em duas categorias, a saber:

(i) Títulos para negociação - registra os títulos com propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer, os quais devem ser avaliados ao valor provável de realização.

(ii) Títulos mantidos até o vencimento - títulos com vencimentos superiores a 12 meses da data de aquisição e que a entidade mantenha interesse e capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, bem como classificados como de baixo risco por agência de risco do País, os quais devem ser avaliados pela taxa intrínseca dos títulos, ajustados pelo valor de perdas permanentes, quando aplicável.

Os títulos de renda fixa emitidos pelo Governo Federal foram classificados como “mantidos até o vencimento” e estão avaliados pelo valor de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. Os demais títulos de renda fixa e as aplicações em fundos de investimento foram classificados como “Títulos para negociação” (nota explicativa nº 4.4.1) e estão avaliados pelo valor de mercado.

O ágio e o deságio na aquisição de títulos são amortizados em base pro-rata dia, pelo prazo que decorre da aquisição até o vencimento do título.

As aplicações no mercado de ações foram classificadas como “Títulos para negociação” e estão registradas pelo custo de aquisição, acrescido de despesas diretas de corretagem e outras taxas, ajustado ao valor de mercado determinado pela cotação na data mais próxima à do balanço. Os montantes relativos aos fundos de investimento são apresentados pelo valor das cotas do fundo na data do balanço. A variação oriunda da comparação entre os valores contábeis e os de mercado é apropriada diretamente no resultado.

- Investimentos imobiliários

Os investimentos imobiliários são demonstrados ao custo de aquisição ou construção corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995 e ajustados por reavaliações realizadas de acordo com a resolução CMN 3.121/03. A depreciação

incide sobre o valor reavaliado, sendo calculada de acordo com o prazo de vida útil remanescente constante no laudo de avaliação e/ou reavaliação.

- Operações com participantes

Registra os empréstimos e financiamentos concedidos aos participantes e assistidos, pelo valor do principal, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

- Operações de empréstimos a patrocinadora

Registra os empréstimos concedidos à patrocinadora, acrescidos de atualização monetária e juros. Tais operações estão suportadas por contratos assinados entre as partes, e submetidos à apreciação da Secretaria de Previdência Complementar - SPC.

#### d. Ativo permanente

Os valores que compõem o imobilizado, incorporados até 31 de dezembro de 1995, estão contabilizados pelo valor de custo, corrigido monetariamente entre a data de aquisição e aquela data. Os valores incorporados a partir de 1º de janeiro de 1996, ao valor de custo. A depreciação e a amortização são calculadas pelo método linear sobre o valor do custo às taxas determinadas pela Resolução MPAS/CGPC nº 5, de 30 de janeiro de 2002 (alterada pela Resolução MPAS/CGPC nº 10, de 5 de julho de 2002).

No diferido estão registrados os gastos com desenvolvimento de software e com o desenvolvimento de novos planos, os quais são amortizados à taxa de 20% ao ano, após concluídos os softwares e implantados os novos planos.

#### e. Provisões matemáticas

As provisões matemáticas são determinadas por atuários independentes contratados pela fundação e representam os compromissos líquidos futuros assumidos com relação aos benefícios concedidos e a conceder aos participantes, assistidos e seus beneficiários.

#### f. Demonstrações do fluxo financeiro

Os valores apresentados são derivados das variações ocorridas nos programas Previdencial, Assistencial, Administrativo e de Investimentos, apurados com base nos acréscimos e decréscimos registrados contabilmente.

#### g. Transferências interprogramas

A Fundação opera os seguintes programas: Previdencial, Assistencial, Administrativo e de Investimentos.

As transferências interprogramas são efetuadas nas contas

de resultados de cada programa, para registrar as cobranças e repasses de recursos entre os citados programas, de acordo com os critérios estabelecidos pela Resolução MPAS/CGPC nº 5, de 30 de janeiro de 2002 (alterada pela Resolução MPAS/CGPC nº 10, de 5 de julho de 2002), que podem ser assim resumidos:

- Na demonstração do resultado do Programa de Investimentos, a rubrica “Resultados Transferidos para Outros Programas” corresponde ao resultado líquido dos investimentos que é transferido para o Programa Previdencial, após deduzida a remuneração do fundo administrativo, cujo valor é transferido para o Programa Administrativo.

- Na demonstração do resultado do Programa Administrativo, o valor referente à rubrica “Recursos Oriundos de Outros Programas” corresponde ao custeio administrativo que é transferido do Programa Previdencial. A rubrica “Recursos transferidos para outros programas” refere-se ao valor revertido do Fundo Administrativo, que foi transferido para o Programa Previdencial. As sobras apuradas no Programa Administrativo são destinadas ao Fundo Administrativo. Quando há faltas, estas são compensadas com esse fundo.

## 4. REALIZÁVEL

### 4.1. Programa Previdencial

Registra as contribuições devidas mensalmente pela patrocinadora e pelos participantes, as contribuições contratadas e o saldo da reserva a amortizar de competência da patrocinadora.

Em 31 de dezembro de 2006, do montante de R\$ 477.170 relativos aos recursos a receber do Programa Previdencial, R\$ 4.512 (R\$ 4.146 em 2005) se refere à contribuição normal, não havendo contribuições a receber da patrocinadora em atraso.

	2006	2005
<b>Recursos a receber</b>		
Contribuições normais do mês	4.512	4.146
Contribuições normais em atraso		503
Contribuições contratadas - (Nota 4.1.1)	471.476	471.706
	475.988	476.355
<b>Utilizações futuras</b>	21	30
<b>Outros realizáveis</b>	1.161	947
	477.170	477.332

#### 4.1.1 Contribuições Contratadas

	2006	2005
Contribuições em atraso contratadas	32.205	37.338
Serviço passado contratado	439.271	434.368
	471.476	471.706

As Contribuições em Atraso Contratadas representam a consolidação dos débitos existentes na data-base de 29 de fevereiro de 2000, para pagamento em 120 parcelas, a partir de setembro de 2000. As referidas contribuições estão indexadas ao IGP-M, acrescidas de 12% ao ano.

O Serviço Passado Contratado representa as contribuições futuras para cobertura de benefícios adquiridos e aqueles advindos de planos de cargos e salários implementados pela Patrocinadora, a serem realizados durante prazo fixo previamente acordado entre a Fundação e a Patrocinadora, conforme pactuado em instrumentos firmados pela Patrocinadora em 30 de novembro de 2001. Este débito está sendo amortizado em 277 parcelas mensais, a contar de janeiro de 2002, sendo atualizado mensalmente pela variação do IGP-M, calculado pela Fundação Getúlio Vargas, acrescido de juros de 6% ao ano.

#### 4.2. Programa assistencial

Representa os valores a receber da patrocinadora e dos participantes, destinados a cobertura do programa assistencial, relativos aos pagamentos de mensalidades dos participantes ativos, inativos e ex-empregados para os planos Amhor, Amha e Odontológico.

	2006	2005
Contribuições do mês	2.380	1.850
Contribuições em atraso		281
Outros realizáveis	2	10
	2.382	2.141

Nos meses de abril e maio de 2006, a CELESC repassou à Fundação o montante de R\$ 281 correspondente aos valores em atraso relativos aos Planos Assistenciais, os quais não eram pagos desde novembro de 2005.

#### 4.3. Programa Administrativo

Em 31 de dezembro de 2006, do montante de R\$ 128 registrados (R\$ 325 em 2005), R\$ 66, referem-se basicamente a adiantamentos a fornecedores e prestadores de serviços em decorrência da reforma do prédio no qual está instalada a sede da Fundação.

A redução apresentada se refere ao pagamento por parte da patrocinadora dos valores em atraso relativos ao Benefício Mínimo dos Aposentados, ao PDI e aos valores a receber relativos aos gastos com manutenção do edifício sede da CELESC, os quais não eram pagos desde novembro de 2004.

#### 4.4. Programa de investimentos

A provisão para perdas, referente aos investimentos em debêntures, foi constituída de acordo com a expectativa de realização destes ativos, conforme análise efetuada pelo Comitê de Investimentos e deliberação da Diretoria Executiva.

Em cumprimento à Resolução CMN nº 3.121/03, foi realizada para a data-base de 31 de dezembro de 2006, auditoria de Gestão dos Investimentos pela empresa BDO Trevisan Auditores Independentes, com a finalidade de avaliar a pertinência dos procedimentos técnicos operacionais e de controles utilizados na gestão dos recursos da Entidade.

##### 4.4.1. Títulos mantidos até o vencimento

Em 31 de dezembro de 2006 existem R\$ 639.561 (R\$ 594.508 em 2005) em títulos mantidos até o vencimento, estes títulos estão alocados em fundos exclusivos da Fundação, classificados como aplicações em renda fixa. A composição e os vencimentos destes títulos estão relacionados abaixo:

Classificação	Fator de correção	Vencimento	Valor
Títulos privados	CDI	2007-2009	57.077
	CDI	2011-2012	15.570
	Taxa Pré	2008-2009	22.308
	IPCA	2016	6.437
	IGP-M	2008-2011	49.060
	IGP-M	2012-2014	43.421
	IGP-M	2016-2017	57.137
	IGP-M	2020-2026	60.648
			311.658
Títulos públicos	IGP-M	2008	7.512
	IGP-M	2021	8.219
	IGP-M	2031	305.927
	IPCA	2011	4.548
	TR	2009-2014	1.697
			327.903
Títulos mantidos até o vencimento			639.561

A Fundação encaminhou declaração ao banco responsável pela custódia e controle dos títulos e valores mobiliários integrantes da carteira própria e das carteiras de fundos dirigidos exclusivamente a investidores institucionais, sobre sua capacidade financeira e intenção de manter, até o vencimento, os títulos classificados na categoria “títulos mantidos até o vencimento”.

De acordo com o previsto no Art. 6º da Resolução CGPC nº 4, não houve a necessidade de reavaliação quanto à classificação dos títulos e valores mobiliários, por ocasião da elaboração dos balanços anuais.

#### 4.4.2. Investimentos Imobiliários

Em 24 de novembro de 2006, conforme Ato Deliberativo nº 23/2006, o Conselho Deliberativo aprovou a aquisição dos conjuntos de salas comerciais localizados nos 6º e 7º andares do Edifício Alpha Centauri, acrescidas de quatro vagas de garagem existentes no sub-solo do referido edifício, de propriedade da Fundação, as quais estavam classificadas como investimento imobiliário. Os imóveis foram adquiridos com recursos do Fundo Administrativo Previdenciário, pelo montante de R\$ 2.031, conforme laudo de avaliação.

	2006	2005
<b>EDIFICAÇÕES</b>		
Uso Próprio		
. Custo	168	2.145
. ( - ) Depreciação	(9)	
	159	2.145
Locadas a Terceiros		
. Custo	11.246	11.246
. ( - ) Depreciação	(223)	
. Aluguéis a receber	86	
	11.109	11.246
	11.268	13.391
<b>DIREITOS EM ALIENAÇÕES DE INVESTIMENTOS</b>		
Celesc	19.748	22.188
Outros	63	59
	19.811	22.247
	31.079	35.638

Os imóveis locados a terceiros correspondem ao terreno e à casa da Rua Padre Roma e à loja do Edifício Belo Empresarial localizado na Av. Osmar Cunha.

#### 4.4.2.1. Reavaliações

Conforme determinam a Instrução Normativa SPC nº 12/96, o item “IV” 28/29 do anexo “E” da Resolução CGPC nº 05 de janeiro de 2002, alterações da Resolução CGPC nº 10 de 30 de julho de 2002, e do Ofício Circular nº 18/DECON/SPC de 04/12/2003, com base em laudo de avaliação, preparado pelo perito independente, AVALISC Engenharia de Avaliações SS Ltda., dentro das normas da NBR – 14653-2, que fixa as diretrizes para avaliação de imóveis urbanos, a Fundação procedeu, em 19 de novembro de 2006, à reavaliação dos investimentos de uso próprio, os quais se referem às salas e aos Boxes de garagem do Edifício Alpha Centauri. A reavaliação apresentou o seguinte resultado:

Imóveis reavaliados	2006	Despesa de Reavaliação	2005
Edifício Alpha Centauri	2.031	(114)	2.145

## 5. IMOBILIZADO

Conforme mencionado na nota explicativa nº 4.4.2, em virtude da compra dos imóveis representados pelas salas e boxes de garagem do Edifício Alpha Centauri, os mesmos foram transferidos de investimentos imobiliários para o imobilizado, resultando na variação observada entre os exercícios de 2005 e 2006. Tais bens estão sendo depreciados à taxa de 2,38% ao ano, de acordo com a vida útil estimada de 42 anos, definida em laudo de avaliação.

	Taxa anual depreciação	2006	2005
Instalações	10%	1	1
Móveis e utensílios	10%	152	143
Máquinas e equipamentos	20%	582	555
Veículos	20%	61	45
Equipamentos de comunicação	10%	47	45
Edificações	2%	2.031	
Direito e uso de telefone		30	30
		2.904	819
Depreciação acumulada		(478)	(455)
		2.426	364

## 6. EXIGÍVEL OPERACIONAL

### 6.1. Programa assistencial

Em 31 de dezembro de 2006, o montante de R\$ 2.593 (R\$ 2.534 em 2005), refere-se basicamente aos valores a pagar decorrentes de convênios assistenciais a serem pagos a credenciados, bem como contribuições a serem recolhidas ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

## 6.2. Programa administrativo

Em 31 de dezembro de 2006, do montante de R\$ 1.076 registrado (R\$ 1.631 em 2005), R\$ 776 (R\$ 1.206 em 2005), refere-se basicamente a despesas administrativas a pagar.

## 6.3. Programa de investimentos

Em 31 de dezembro de 2006, do montante de R\$ 533 registrado (R\$ 578 em 2005), R\$ 359 (R\$ 479 em 2005), refere-se basicamente a empréstimos com participantes.

## 7. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

A fundação registra a título de provisão para contingências o montante de R\$ 1.689, referente aos processos judiciais, compreendendo basicamente a revisão de cálculos previdenciários (benefícios), cuja probabilidade de perda foi considerada “provável” pelos assessores jurídicos.

## 8. CUSTEIO ADMINISTRATIVO

Conforme determinação da SPC, as despesas de administração são desmembradas em despesas de administração previdencial e despesas de administração dos investimentos. Em 31 de dezembro de 2006, as despesas de administração totalizaram R\$ 6.717 (R\$ 7.213 em 2005).

Os critérios adotados pela CELOS para a segregação das despesas de administração foram efetuados considerando a natureza dos gastos e sua relação com os diversos programas, sendo utilizado para os Planos Assistenciais e para o Programa de Investimentos o ressarcimento das despesas realizadas, enquanto que para os Planos Previdenciários leva-se em consideração a participação correspondente de acordo com o custeio administrativo.

## 9. EXIGÍVEL ATUARIAL - PROVISÕES MATEMÁTICAS

As provisões matemáticas foram constituídas com base em cálculos atuariais efetuados pelos atuários externos, JESSE MONTELLO - Serviços Técnicos em Atuaria e Economia Ltda., conforme parecer datado de 08 de fevereiro de 2007.

Em 31 de dezembro de 2006 e de 2005, as provisões matemáticas e o resultado acumulado eram compostos como indicado a seguir:

	2006	2005
<b>BENEFÍCIOS CONCEDIDOS</b>		
Benefícios do plano	858.566	799.204
<b>BENEFÍCIOS A CONCEDER</b>		
Benefícios do plano com a geração atual		
. Contribuição definida	697.274	636.876
. Benefício definido	3.702	4.354
Outras contribuições da geração atual	(30.554)	(27.441)
	670.422	613.789
	1.528.988	1.412.993

### 9.1. Benefícios concedidos

Registram os valores dos compromissos correspondentes aos benefícios concedidos a serem pagos pela Fundação aos participantes, assistidos e beneficiários em gozo de benefícios de prestação continuada.

### 9.2. Benefícios a conceder

Registram o valor dos compromissos líquidos correspondentes a benefícios a conceder.

#### 9.2.1. Benefícios do plano com a geração atual

Valor atual dos benefícios a serem concedidos aos integrantes da geração atual que ainda não estejam em gozo de benefício de prestação continuada, avaliados de acordo com a nota técnica atuarial.

#### 9.2.2. Outras contribuições da geração atual

Registram o valor atual das contribuições futuras, a serem realizadas pelas patrocinadoras e pelos integrantes da geração atual que ainda não estejam em gozo de benefícios de prestação continuada, excluindo-se toda e qualquer contribuição cujo recebimento dependa do ingresso de novos participantes nesses planos (ou de novos empregados das patrocinadoras), assim como as contribuições a serem recolhidas, tanto pelos integrantes da geração atual durante o período de percepção dos benefícios, quanto pelas patrocinadoras.

## 10. RESERVAS E FUNDOS

Os fundos são constituídos/revertidos mensalmente aos programas a que se incluem, após a transferência do custeio administrativo e da rentabilidade dos recursos aplicados, juntamente com a diferença positiva ou negativa entre os recursos arrecadados e os recursos utilizados.

## 11. SUPERÁVIT TÉCNICO

Em 31 de dezembro de 2006 o superávit técnico dos planos previdenciários corresponde a R\$ 101.270 (R\$ 18.990 em 2005).

A variação observada decorre do resultado positivo do mercado de ações, bem como é reflexo da política de investimentos da Fundação. No exercício de 2006, a rentabilidade total da Fundação foi de, aproximadamente, 17,31%. Em contrapartida, a meta atuarial acumulada foi de 9,71%, representando uma diferença de 7,60% em relação à rentabilidade anual, que aplicada sobre o capital inicial de janeiro de 2006, rendeu, aproximadamente, R\$ 110 mil, o que resultou na alavancagem do superávit técnico.

## 12. COBERTURA DE SEGUROS

Os bens, interesses e responsabilidades estão segurados por valores considerados suficientes para cobertura de eventuais riscos:

Descrição	Tipo de seguro	Limite de indenização em R\$ mil	
		2006	2005
Bens/Interesses	Incêndio/Raio/Explosão	1.500	1.500
Bens/Interesses	Danos Elétricos	81	81
Bens/Interesses	Roubo/Furto	25	71
Bens/Interesses	RCF Danos Materiais	40	
Bens/Interesses	RCF Danos Corporais	40	
Bens/Interesses	APP Morte	5	
Bens/Interesses	APP Invalidez	5	
Bens/Interesses	Responsabilidade Civil	8	
		1.704	1.652

## 13. RELACIONADO A TRIBUTOS

A Instrução Normativa da SRF nº 497, de 24 de janeiro de 2005, publicada no Diário Oficial da União em 09 de fevereiro de 2005, disciplina o disposto na Lei 11.053 de 29 de dezembro de 2004, e dispõem em seu artigo 16 que as entidades de previdência complementar sem fins lucrativos estão isentas do imposto sobre a renda devido pelas pessoas jurídicas.

Desta forma, em 31 de dezembro de 2006, o montante de R\$ 29 (R\$ 99 em 2005) se refere a PIS e COFINS apurados sobre as operações realizadas entre a entidade e a patrocinadora.

## 14. OUTROS EVENTOS

Resolução CGPC nº 13/2004

A Diretoria Executiva, em 15 de março de 2005, aprovou a contratação da empresa PPS Portfólio Performance para adequação da Fundação à Resolução nº 13 do Conselho de Gestão da Previdência Complementar.

Durante o exercício de 2006, a Fundação deu continuidade ao trabalho iniciado em 2005 e priorizou os aspectos operacionais, como a unificação de cadastros, o mapeamento de processos e o planejamento estratégico. Entretanto, outros processos ainda estão em fase de revisão pelos grupos de trabalho, de forma a otimizar o trabalho da Fundação, bem como atender às disposições da Resolução nº 13.

RICARDO MORITZ  
Presidente

SARY RENY KÖCHE ALVES  
Diretor administrativo/financeiro

REMI GOULART  
Diretor de Seguridade

LUIZ CARLOS VENTURA  
CRC-SC-11.509

# Parecer dos auditores independentes

*Aos administradores, conselheiros, participantes e patrocinadora  
Fundação Celesc de Seguridade Social - Celos*

---

## Demonstrativos dos Resultados da Avaliação Atuarial

1. Examinamos o balanço patrimonial da Fundação Celesc de Seguridade Social - Celos, em 31 de dezembro de 2006, e as respectivas demonstrações do resultado e do fluxo financeiro correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.

2. Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreendeu: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da Entidade; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Entidade, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

3. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação Celesc de Seguridade Social - Celos em 31 de dezembro de 2006, o resultado de suas operações e o seu fluxo financeiro correspondentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4. Anteriormente, auditamos as demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2005, sobre as quais emitimos parecer sem ressalvas, datado de 21 de fevereiro de 2006, fazendo referência ao trabalho de especialista (atuário), com base nas normas brasileiras de auditoria vigentes à época.

Florianópolis, 02 de fevereiro de 2007.

Claudio Henrique Damasceno Reis  
Sócio-Contador  
CRC SC-024494/O-1  
BDO Trevisan Auditores Independentes  
CRC 2SP013439/O-5 "S" SC



## Parecer Atuarial - Plano Misto

1) A situação atuarial do Plano Misto nº 001 da CELOS, avaliada com os mesmos regimes de financiamento atuarial (VIDE NOTA) e com as mesmas hipóteses atuariais, adotados na reavaliação atuarial do exercício de 2005, apresentou, em 31/12/2006, um Superávit Técnico Acumulado de R\$ 68.780.179,23, equivalente a 6,19% do Ativo Líquido, então existente, de R\$ 1.111.370.249,79. Em consonância com a Resolução CGPC/MPS nº 18 de 28/03/2006, a destinação desse Superávit Técnico Acumulado, já na abertura do exercício de 2007, será a de propiciar a implantação de 1/3 (um terço) do que falta para a adoção da mortalidade geral “qx da AT-83”, fato que consumirá R\$ 12.718.458,24 do Superávit Técnico Acumulado registrado em 31/12/2006.

NOTA: Portanto, na abertura do exercício de 2007, as Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos e a Conceder (exclusive o benefício a conceder decorrente da conversão da Conta Individual de Aposentadoria Programada – CIAP) do Plano Misto nº 001 da CELOS serão registradas já considerando a adoção da mortalidade geral “ ” no lugar da mortalidade geral “

$$q_x^{AT-49} = q_x^{AT-49} + 4/10 \cdot \left[ q_x^{AT-83} - q_x^{AT-49} \right]$$

no lugar da mortalidade geral,

$$q_x^{AT-49} = q_x^{AT-49} + 1/10 \cdot \left[ q_x^{AT-83} - q_x^{AT-49} \right]$$

fato que, se realizado no encerramento do exercício de 2006, faria com que o Superávit Técnico Acumulado de 31/12/2006 fosse de R\$ 56.061.720,99, equivalente a 5,04% do Ativo Líquido, então existente, de R\$ 1.111.370.249,79.

2) A rentabilidade nominal líquida obtida ao longo de 2006 pelos recursos garantidores do Ativo Líquido do Plano Misto foi de 18,62% ao ano, contra uma meta atuarial de rentabilidade atuarial líquida de 9,70%, o que, em termos reais, representou obter 11,91% ao ano, contra uma meta atuarial de mais 6% ao ano, tomando por base o indexador correspondente ao IGP-M da Fundação Getúlio Vargas aplicado com 1 (um) mês de defasagem e adotando o método da Taxa Interna de Retorno (TIR) a partir dos fluxos mensais de receitas e despesas, excluindo os recursos garantidores da CIAP, contabilizados pelo regime de competência, para obter as rentabilidades aqui apresentadas. O reflexo neste Plano Misto da CELOS causado pela obtenção de rentabilidade líquida acima da meta atuarial de rentabilidade foi um ganho nas aplicações financeiras da ordem de R\$ 57.904.711,74.

bilidade líquida acima da meta atuarial de rentabilidade foi um ganho nas aplicações financeiras da ordem de R\$ 57.904.711,74.

3) O Ativo Líquido do Plano e as Provisões Matemáticas, refletindo a situação do Plano Misto nº 001 da CELOS, apresentavam, em 31/12/2006, a seguinte abertura:

• Provisão de Benefícios Concedidos .	R\$ 375.089.051,17
• Provisão de Benefícios a Conceder *1	R\$ 667.501.019,39
• Provisão Matemática a Constituir	R\$ (-----)
• Provisões Matemáticas	R\$ 1.042.590.070,56
• Superávit Técnico Acumulado *2	R\$ 68.780.179,23
• Ativo Líquido do Plano	R\$ 1.111.370.249,79

\*1 Está incluído nos R\$ 667.501.019,39, o valor da Reserva de Benefícios Saldados de 1996 de R\$ 62.250.169,05 o valor da Reserva de Benefícios Saldados de 1998 de R\$ 233.563.394,28, o valor da Reserva Atuarial de Risco de R\$ 18.741.646,02 (VIDE NOTA) e o valor da CIAP de R\$ 352.945.810,04.

\*2 A ser registrado como Reserva de Contingência nos termos da legislação aplicável. (Vide itens 1 e 8 deste Parecer Atuarial)

\*1 Está incluído nos R\$ 667.501.019,39, o valor da Reserva de Benefícios Saldados de 1996 de R\$ 62.250.169,05 o valor da Reserva de Benefícios Saldados de 1998 de R\$ 233.563.394,28, o valor da Reserva Atuarial de Risco de R\$ 18.741.646,02 (VIDE NOTA) e o valor da CIAP de R\$ 352.945.810,04.

\*2 A ser registrado como Reserva de Contingência nos termos da legislação aplicável. (Vide itens 1 e 8 deste Parecer Atuarial)

4) Do Ativo Líquido de R\$ 1.111.370.249,79, temos que R\$ 216.342.963,53 correspondem a débitos reconhecidos em contrato, existentes em 31/12/2006 da Patrocinadora CELESC DISTRIBUIÇÃO S/A para com este Plano Previdenciário da CELOS, que estão sendo devidamente honrados pela referida Patrocinadora.

5) As origens do Superávit Técnico (Acumulado) de R\$ 68.780.179,23, apurado em 31/12/2006, são basicamente as seguintes:

- Superávit Técnico (Acumulado) existente em 31/12/2005

.....R\$ 3.451.022,57

- Rentabilidade nominal líquida de 9,70%, correspondente à meta atuarial, aplicada ao Déficit Estrutural de 31/12/2005 e a rentabilidade nominal líquida de 18,62% correspondente aos recursos garantidores do Ativo Líquido do Plano, aplicada ao Superávit Financeiro de 31/12/2005  
.....R\$ 3.279.084,64
- Ganhos Financeiros ocorridos no ano de 2006  
.....R\$ 57.904.711,74
- Ganhos Estruturais no ano de 2006  
.....R\$ 4.145.360,28
- Superávit Técnico (Acumulado) existente em 31/12/2006  
.....R\$ 68.780.179,23

6) O Superávit Técnico Acumulado existente ao final de 2005, no valor de R\$ 3.451.022,57, corresponde na totalidade ao Déficit Estrutural (Acumulado), que atualizado para 31/12/2006 pela meta atuarial de rentabilidade de 9,70% é de (R\$ 32.424.272,91 e ao Superávit Financeiro (Acumulado), que atualizado para 31/12/2006 pela rentabilidade nominal líquida de 18,62% corresponde aos recursos garantidores do Ativo Líquido do Plano é de R\$ 39.154.380,12. A ele, acrescidos os ganhos acumulados financeiros líquidos ocorridos no ano de 2006, descontada a rentabilidade repassada a CIAP ao longo de 2006, no valor de R\$ 57.904.711,74, como também acrescido os ganhos acumulados estruturais no ano de 2006, no valor de R\$ 4.145.360,28, leva ao final do exercício de 2006 a um Superávit Técnico Acumulado no valor de R\$ 68.780.179,23.

7) Com relação aos valores das Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos e de Benefícios a Conceder e do Superávit Técnico Acumulado, devidamente registrado como Reserva de Contingência nos termos da legislação aplicável, atestamos que os mesmos foram avaliados por nossa Consultoria Atuarial Independente, utilizando as hipóteses atuariais e os regimes de financiamento atuarial referidos no item 1 deste Parecer Atuarial, a partir das informações contábeis e cadastrais fornecidas pela CELOS e julgadas lógicas por nossa Consultoria Atuarial. Os dados cadastrais foram objeto de análise de consistência, a qual submetemos à análise da CELOS para os ajustes necessários e posterior validação, para somente após tal validação serem utilizados na presente avaliação atuarial.

8) A destinação do Superávit Técnico Acumulado de R\$ 68.780.179,23, além de atender o estabelecido na “NOTA” do item 1 deste Parecer Atuarial, é a de dar cobertura a desvios desfavoráveis, que possam vir a ocorrer ao longo dos anos futuros, em especial, no que se refere às tábuas biométricas e ao retorno dos investimentos, sendo que, relativamente à conversão dos saldos já existentes na Conta Individual de Aposentadoria Programada – CIAP em bene-

fício de prestação continuada na modalidade de Benefício Definido, a projeção de necessidade adicional de recursos para essa cobertura, a ser feita utilizando o referido Superávit é, em 31/12/2006, da ordem de R\$ 20 milhões.

9) Fato Relevante: As Centrais Elétricas de Santa Catarina S/A – CELESC foi em 2006 cindida em 3 (três) Companhias (CELESC DISTRIBUIÇÃO S/A, CELESC GERAÇÃO S/A E CELESC HOLDING), ficando a CELESC DISTRIBUIÇÃO S/A como sucessora na condição de Patrocinadora do Plano Misto da CELOS e ficando a CELESC HOLDING como garantidora desse patrocínio. Tal fato, já efetivado legalmente, está com seu registro tramitando na SPC/MPS. RIO DE JANEIRO, 08 de fevereiro de 2007

JOSÉ ROBERTO MONTELLO  
ATUÁRIO - MIBA N\* 426

REPRESENTANTE DA ENTIDADE  
Ricardo Moritz  
Diretor Presidente

REPRESENTANTE DA PATROCINADORA  
Eduardo Pinho Moreira  
Diretor Presidente

## Parecer Atuarial - Plano

1) A situação atuarial do Plano Transitório da CELOS, avaliada com os mesmos regimes de financiamento atuarial e com as mesmas hipóteses atuariais, adotados na reavaliação atuarial do exercício de 2005, apresentou, em 31/12/2006, um Superávit Técnico Acumulado de R\$ 32.490.106,45, equivalente a 6,26% do Ativo Líquido, então existente, de R\$ 518.887.515,22. Em consonância com a Resolução CGPC/MPS nº 18 de 28/03/2006, a destinação desse Superávit Técnico Acumulado, já na abertura do exercício de 2007, será a de propiciar a implantação de 1/3 (um terço) do que falta para a adoção da mortalidade geral “qx da AT-83”, fato que consumirá R\$ 13.373.303,99 do Superávit Técnico Acumulado registrado em 31/12/2006.

NOTA: Portanto, na abertura do exercício de 2007 as Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos e a Conceder do Plano Transitório da CELOS serão registradas já considerando a adoção de mortalidade geral,

$$q_x = q_x^{AT-49} + 4/10 \cdot \left[ q_x^{AT-83} - q_x^{AT-49} \right]$$

no lugar da mortalidade geral,

$$q_x = q_x^{AT-49} + 1/10 \cdot \left[ q_x^{AT-83} - q_x^{AT-49} \right]$$

fato que, se realizado no encerramento do exercício de 2006, faria com que o Superávit Técnico Acumulado de 31/12/2006 fosse de R\$ 19.116.802,46, equivalente a 3,68% do Ativo Líquido, então existente, de R\$ 518.887.515,22.

2) A rentabilidade nominal líquida obtida ao longo de 2006 pelos recursos garantidores do Ativo Líquido do Plano Transitório foi de 15,57% ao ano, contra uma meta atuarial de rentabilidade nominal líquida de 9,67% o que, em termos reais, representou obter 9,03% ao ano, contra uma meta atuarial de mais 6% ao ano, tomando por base o indexador correspondente ao IGPM da Fundação Getúlio Vargas aplicado com 1 (um) mês de defasagem e adotando o Método da Taxa Interna de Retorno (TIR) a partir dos fluxos mensais de receitas e despesas, contabilizados pelo regime de competência, para obter as rentabilidades aqui apresentadas. O reflexo neste Plano Transitório da CELOS, da obtenção de rentabilidade líquida acima da meta atuarial de rentabilidade, acarretou, ao final do exercício de 2006, um ganho nas aplicações financeiras da ordem de R\$ 27.894.441,33.

3) O Ativo Líquido do Plano, refletindo a situação do Plano Transitório da CELOS, apresentava, em 31/12/2006, a seguinte abertura:

• Provisão de Benefícios Concedidos	R\$ 483.476.584,31
• Provisão de Benefícios a Conceder *1	R\$ 2.920.824,46
• Provisão Matemática a Constituir	R\$ (-----)
• Provisões Matemáticas	R\$ 486.397.408,77
• Superávit Técnico Acumulado *2	R\$32.490.106,45
• Ativo Líquido do Plano	R\$ 518.887.515,22

\*1 Está incluído nos R\$ 2.920.824,46, o valor da Reserva de Benefícios Saldados de 1996 de R\$ 393.177,96, o valor da CAV de R\$ 609.112,35 dos não migrados, o valor da Reserva do "VESTING" de R\$ 6.270,66 e o valor

da Reserva de Benefícios a Conceder remanescente de R\$ 1.912.263,49.

\*2 A ser registrado como Reserva de Contingência nos termos da legislação aplicável (Vide itens 1 e 8 deste Parecer Atuarial).

4) Do Ativo Líquido de R\$ 518.887.515,22, temos que R\$ 222.927.662,52 correspondem a débitos reconhecidos em contratos, existentes em 31/12/2006 da Patrocinadora CELESC DISTRIBUIDORA S/A para com este Plano Previdenciário da CELOS, que estão sendo devidamente honrados pela referida Patrocinadora.

5) As origens do Superávit Técnico Acumulado de R\$ 32.490.106,45 apurado em 31/12/2006, são basicamente as seguintes:

- Superávit Técnico Acumulado existente em 31/12/2005 ..... R\$ 15.538.616,83
- Rentabilidade nominal líquida de 9,67% correspondente à meta atuarial, aplicada ao Déficit Estrutural de 31/12/2005 e a Rentabilidade nominal líquida de 15,57% correspondente aos recursos garantidores do Ativo Líquido do Plano Aplicada ao Superávit Financeiro de 31/12/2005 .....R\$ 3.325.641,72
- Ganhos Financeiros no ano de 2006 .....R\$ 27.894.441,33
- Perdas Estruturais líquidas no ano de 2006 \*1 .....(R\$ 14.268.593,43)
- Superávit Técnico Acumulado existente em 31/12/2006 ..... R\$ 32.490.106,45

\*1 Incluindo-se como Perdas Estruturais o aumento do Passivo do Plano correspondente a R\$ 8.516.676,90 decorrente da revisão de benefício estabelecido pela MP 201 (Lei nº 10.999/2004).

6) O Superávit Técnico Acumulado existente ao final de 2005, no valor de R\$ 15.538.616,83, corresponde na totalidade ao Déficit Estrutural (Acumulado), que atualizado para 31/12/2006 pela meta atuarial de rentabilidade de 9,67% é de (R\$ 16.846.038,42) e ao Superávit Financeiro (Acumulado), que atualizado para 31/12/2006 pela rentabilidade nominal líquida de 15,57% corresponde aos recursos garantidores do Ativo Líquido do Plano é de R\$ 35.710.296,97. A ele, acrescidos os ganhos acumulados financeiros líquidos ocorridos no ano de 2006, no valor de R\$ 27.894.441,33, e subtraído as perdas estruturais (Custo da Revisão 39,67 do INSS e Perdas Atuariais de Origens Diversas) no ano de 2006, no valor de (R\$ 14.268.593,43), leva ao final do exercício de 2006 a um Superávit Técnico Acumulado no valor de R\$ 32.490.106,45.

7) Com relação aos valores das Provisões Matemáticas de

Benefícios Concedidos e de Benefícios a Conceder e do Superávit Técnico Acumulado, devidamente registrado como Reserva de Contingência aos termos da legislação aplicável, atestamos que os mesmos foram avaliados por nossa Consultoria Atuarial Independente, utilizando as hipóteses atuariais e os regimes de financiamento atuarial referido no item 1 deste Parecer Atuarial, a partir das informações contábeis e cadastrais fornecidas pela CELOS e julgadas lógicas por nossa Consultoria Atuarial. Os dados cadastrais foram objeto de análise de consistência, a qual submetemos à análise da CELOS para os ajustes necessários e posterior validação, para somente após tal validação serem utilizados na presente avaliação atuarial.

8) A destinação do Superávit Técnico Acumulado de R\$ 32.490.106,45 registrado em 31/12/2006, além de atender o estabelecido na “NOTA” do item 1 deste Parecer Atuarial, é a de dar cobertura a desvios desfavoráveis que possam vir a ocorrer, ao longo dos anos futuros, em especial no que se refere às tábuas biométricas e ao retorno dos investimentos.

9) Fato Relevante: As Centrais Elétricas de Santa Catarina S/A – CELESC foi em 2006 cindida em 3 (três) Companhias (CELESC DISTRIBUIÇÃO S/A, CELESC GERAÇÃO S/A E CELESC HOLDING), ficando a CELESC DISTRIBUIÇÃO S/A como sucessora na condição de Patrocinadora do Plano Transitório da CELOS e ficando a CELESC HOLDING como garantidora desse patrocínio. Tal fato, já efetivado legalmente, está com seu registro tramitando na SPC/MPS.

## Parecer Atuarial - Plano Pecúlio

1) O Custo Pleno do Pecúlio foi reavaliado pela Teoria Coletiva de Risco (Regime de Repartição Simples) com dados cadastrais e contábeis posicionados em 31/12/2006, chegando-se a um custo carregado (custo puro acrescido de sobrecarga administrativa) de R\$ 2,06 por participante, a ser coberto por contribuição paritária de participantes e das Patrocinadoras CELESC DISTRIBUIÇÃO S/A E CELOS (devendo o Regulamento em vigor do Plano de Pecúlio ser adaptado ao custeio paritário aqui referido).

2) Tem em vista que, em 31/12/2005 optou-se por isentar os participantes e as Patrocinadoras, ao longo do ano de 2006, de realizarem as contribuições paritárias, considerando que em 31/12/2006 existia um Superávit Técnico Acumulado (sobra de caixa no conceito do Regime de Repartição Simples) de R\$ 4.708.581,99, que em termos reais significa dizer que o Patrimônio do Plano rendeu ao longo de 2006 em torno de 18,70%, ou seja, rendeu 11,99% a mais do que a rentabilidade líquida real esperada de 6,00% ao ano, e considerando, também, que ao longo de 2006 foram pagos R\$ 84.593,40 em benefícios,

concluimos pela viabilidade atuarial de se manter a isenção das contribuições paritárias dos participantes e Patrocinadoras ao longo de 2007.

3) Com relação aos dados cadastrais e contábeis utilizados neste DRAA, os mesmos foram fornecidos pela CELOS, tendo sido validados pela área atuarial interna dessa Entidade Fechada de Previdência Complementar.

4) Fato Relevante: As Centrais Elétricas de Santa Catarina S/A – CELESC foi em 2006 cindida em 3 (três) Companhias (CELESC DISTRIBUIÇÃO S/A, CELESC GERAÇÃO S/A E CELESC HOLDING), ficando a CELESC DISTRIBUIÇÃO S/A como sucessora na condição de Patrocinadora do Plano Pecúlio Ônus Express) da CELOS e ficando a CELESC HOLDING como garantidora desse patrocínio. Tal fato, já efetivado legalmente, está com seu registro tramitando na SPC/MPS.

Rio de Janeiro, 08 de fevereiro de 2007

JOSÉ ROBERTO MONTELLO  
ATUÁRIO - MIBA N\* 426

REPRESENTANTE DA ENTIDADE  
Ricardo Moritz  
Diretor Presidente

REPRESENTANTE DA PATROCINADORA  
Eduardo Pinho Moreira  
Diretor Presidente

## Parecer Atuarial - Plano Amhor

1) EM 31/12/2006, O Plano AMHOR mantinha m Fundo de Reservas Técnicas no valor de R\$ 5.527.037,94, sem ser deduzido dos valores das provisões de contingência e de oscilação de risco, avaliadas, na referida data, respectivamente, em R\$ 552.703,79 e R\$ 442.163,04.

2) O valor do Fundo do referido Plano, pelo quinto ano consecutivo, encontra-se abaixo do nível mínimo recomendado para a segurança do mesmo, este que foi avaliado em R\$ 11.373.082,39, equivalente a seis vezes a despesa média mensal, excluindo a despesa administrativa, realizada no período compreendido entre janeiro e dezembro de 2006.

3) O fato de o Fundo estar abaixo do mínimo necessário é decorrente de que nos anos anteriores ele foi utilizado para financiar o valor a mais de despesas não cobertas pelas receitas de contribuição. Contudo, com os reajustes promovidos no valor da contribuição por titular em junho de 2005 e janeiro e junho de 2006 o equilíbrio entre as receitas de contribuição e as despesas com pagamentos de procedimentos foi reestabelecido de tal forma que o valor do Fundo do Plano voltou a crescer.

4) Contudo, em decorrência dos resultados das estimativas dos

gastos com pagamento de benefícios para o exercício de 2007 e devido ao aumento da taxa UNIMED de R\$ 7,00 para R\$ 8,75, cobrada mensalmente por usuário, resultou numa previsão de desequilíbrio entre a receita e a despesa na ordem 2,75% para o período. Também deve ser enfatizado a possível revisão do custeio do Plano Amhor ao longo de 2007 decorrente da “Proposta de Resolução Normativa - ANS”, que tras em seu texto limites de aplicação para o percentual de co-participação sobre alguns procedimentos médicos, entre eles estão as consultas, alguns exames e serviços.

5) Com relação ao custeio administrativo, o mesmo foi reavaliado em dezembro de 2006 e chegou-se ao valor de R\$ 11,95 por Titular, este que é de resposanbilidade da(s) Patrocinadora(s). Para tanto utilizou-se a estimativa das receitas e das despesas administrativas previstas para o ano de 2007.

6) Recomendamos que o Ativo do Plano juntamente com os demais recursos continuem sendo aplicados financeiramente sem comprometer a liquidez do Plano, de tal forma, que garantam rentabilidade suficiente para continuar recompondo o Fundo do Plano Amhor até seu nível mínimo recomendado.

7) E finalmente, com relação aos valores contidos neste DRAA, atestamos que os mesmos foram avaliados por nossa área técnica, utilizando as mesmas hipóteses atuariais e os mesmos métodos atuariais adotados na avaliação atuarial do DRAA de 2005, com exceção ao período de experiências das informações utilizadas nas reavaliações do custo do Plano que forma de janeiro a dezembro de 2006, a partir das informações contábeis, cadastrais e das projeções para o período de 2007 fornecidas pelas áreas afins da CELOS e acordadas por nossa área. Todos os dados antes de serem utilizadas nesta avaliação foram analisados e validados por nossa área.

8) Fato Relevante: As Centrais Elétricas de Santa Catarina S/A – CELESC foi em 2006 cindida em 3 (três) Companhias (CELESC DISTRIBUIÇÃO S/A, CELESC GERAÇÃO S/A E CELESC HOLDING), ficando a CELESC DISTRIBUIÇÃO S/A como sucessora na condição de Patrocinadora do Plano Misto da CELOS e ficando a CELESC HOLDING como garantidora desse patrocínio. Tal fato, já efetivado legalmente, está com seu registro tramitando na SPC/MPS.

Florianópolis, 09 de março de 2007.

Luciano Duarte  
Atuário MIBA Nº 1.111

REPRESENTANTE DA ENTIDADE

Ricardo Moritz  
Diretor Presidente

REPRESENTANTE DA PATROCINADORA  
Eduardo Pinho Moreira  
Diretor Presidente

## Parecer Atuarial - Plano Odontológico

1) Em 31/12/2006, O Plano Odontológico mantinha m Fundo de Reservas Técnicas no valor de R\$ 10.062.616,89, sem ser deduzido os valores das provisões de contingência e de oscilação de risco, avaliadas, na referida data, respectivamente, em R\$ 1.006.261,69 e R\$ 805.009,35.

2) O valor do Fundo do referido Plano encontra-se plenamente equilibrado em relação ao nível mínimo recomendado para a segurança do mesmo, este que foi avaliado em R\$ 1.916.711,095 (considerando a despesa administrativa) R\$ 1.735.444,645 (desconsiderando a despesa administrativa), equivalente a seis vezes a despesa média mensal, excluindo a despesa administrativa, realizada no período compreendido entre janeiro e dezembro de 2006.

3) Por outro lado, o valor total arrecado ao longo de 2006 a título de contribuição não foi o suficiente para custear as despesas com os benefícios oferecidos pelo Plano, que foi na ordem de R\$ 3.687.719,45. Mesmo assim, o valor do Fundo do Plano obteve uma evolução positiva comparada com o valor constante na avaliação atuarial processada em dezembro de 2005 graças ao resultado financeiro ao longo de 2006 na ordem de R\$ 1.668.014,86.

4) Portanto, percebe-se que o comportamento do Plano ao longo de 2006 foi bem similar ao seu comportamento realizado em 2005 no quesito de receita e despesa do Plano, pois em ambos os períodos analisados a receita foi suficiente para cobrir as despesas com pagamento de benefícios, mas insuficiente para cobrir as despesas operacionais. Contudo, este desequilíbrio relativo ao custo operacional não é suficiente para despertar a necessidade de um reajuste no valor da contribuição ou para criar uma contribuição para custear as despesas operacionais/administrativas. Porém, recomendamos que seja feito um estudo visando conhecer até que tempo o Fundo do Plano suportará o referido desequilíbrio, sem a necessidade de reajuste no valor da contribuição, e partindo do pressuposto que anualmente o mesmo será realizado, observando o valor mínimo de segurança do Fundo.

5) Recomendamos que o Ativo do Plano juntamente com os demais recursos continuem sendo aplicados financeiramente sem comprometer a liquidez do Plano, de tal forma, que garantam rentabilidade suficiente para continuar recompondo o Fundo do Plano Odontológico até seu nível mínimo recomendado.

6) E finalmente, com relação aos valores contidos neste DRAA, atestamos que os mesmos foram avaliados por nossa área técnica, utilizando as mesmas hipóteses atuariais e os mesmos métodos atuariais adotados na avaliação atu-

arial do DRAA de 2005, com exceção ao período de experiências das informações utilizadas nas reavaliações do custo do Plano que forma de janeiro a dezembro de 2006, a partir das informações contábeis, cadastrais e das projeções para o período de 2007 fornecidas pelas áreas afins da CELOS e acordadas por nossa área. Todos os dados antes de serem utilizadas nesta avaliação foram analisados e validados por nossa área.

7) Fato Relevante: As Centrais Elétricas de Santa Catarina S/A – CELESC foi em 2006 cindida em 3 (três) Companhias (CELESC DISTRIBUIÇÃO S/A, CELESC GERAÇÃO S/A E CELESC HOLDING), ficando a CELESC DISTRIBUIÇÃO S/A como sucessora na condição de Patrocinadora do Plano Misto da CELOS e ficando a CELESC HOLDING como ga-

## Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Fundação CELESC de Seguridade Social - CELOS, pela totalidade de seus membros e no exercício de suas atribuições, previstas no inciso I do Artigo 32, do Estatuto Social, examinou as contas, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2006, representado pelos seguintes documentos:

- a) Demonstrações Contábeis;
- b) Notas Explicativas;
- c) DRAA's dos Planos da CELOS; e
- d) Parecer dos Auditores Independentes.

Com base nos exames procedidos o Conselho Fiscal é de parecer que as referidas demonstrações examinadas traduzem de modo adequado, a situação patrimonial e financeira

## Parecer do Conselho Deliberativo

O Conselho Deliberativo da Fundação CELESC de Seguridade Social - CELOS, em cumprimento as atribuições que lhe conferem os incisos XIII e XVI do Artigo 27 do Estatuto Social, reuniu-se, ordinariamente em 15 de março de 2007, para examinar as seguintes matérias apresentadas pela Diretoria-Executiva: Demonstrações Contábeis relativas ao exercício de 2006 e os Pareceres Atuariais dos Demonstrativos dos Resultados das Avaliações Atuariais – DRAA's com seus respectivos Planos de Custeio para 2007 dos planos previdenciários e assistenciais.

Após exame da documentação e a exposição feita pela Diretoria-Executiva, o Conselho Deliberativo, embasado nos pareceres atuariais; no pronunciamento favorável da BDO

rantidora desse patrocínio. Tal fato, já efetivado legalmente, está com seu registro tramitando na SPC/MPS.

Florianópolis, 09 de março de 2007.

Luciano Duarte  
Atuário MIBA Nº 1.111

REPRESENTANTE DA ENTIDADE

Ricardo Moritz  
Diretor Presidente

REPRESENTANTE DA PATROCINADORA

Eduardo Pinho Moreira  
Diretor Presidente

da CELOS, pelo que recomenda ao Conselho Deliberativo sua plena aprovação.

Florianópolis, 09 de Março de 2007.

NAZARENO BATISTA DA SILVA SANTOS  
Presidente do Conselho Fiscal

PAULO CARLESSO  
Membro

JOSÉ BRAULINO STÄHELIN  
Membro

JOÃO HENRIQUE DA SILVA  
Membro

Trevisan Auditores Independentes de 02/02/2007; e no parecer do Conselho Fiscal de 09/03/2007, aprovou, por unanimidade, os documentos apresentados.

Florianópolis, 15 de Março de 2007.

MILTON DE QUEIROZ GARCIA  
Presidente do Conselho Deliberativo

### **MISSÃO**

Administrar os recursos dos participantes, de modo a garantir o equilíbrio da entidade, visando o provimento de seguridade complementar, para proporcionar qualidade de vida a seus clientes.

### **VISÃO**

Ser reconhecida como instituição de excelência no seu ramo de atividade, dotada de pessoas qualificadas e comprometidas com a satisfação do seus clientes.



**FUNDAÇÃO CELESC DE SEGURIDADE SOCIAL**

Av. Hercílio Luz, 639 | Ed. Alpha Centauri | 6º andar  
CEP 88020-000 | Florianópolis | Santa Catarina  
Fone: (48) 3221 95 00 | Fax: (48) 3221 96 96  
[www.celos.com.br](http://www.celos.com.br)  
Atendimento ao Participante: 0800-483030  
[atendimento@celos.com.br](mailto:atendimento@celos.com.br)  
[www.celos.com.br](http://www.celos.com.br)